

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº. 2.795, DE 2011

Altera a redação do caput do art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer o prazo de quinze minutos de tolerância para o comparecimento das partes à audiência de instrução e julgamento na Justiça do Trabalho.

Autor: Deputado Carlos Bezerra

Relatora: Deputada CRISTIANE BRASIL

I – RELATÓRIO

Pelo presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Carlos Bezerra, modifica o artigo 844 da Consolidação das leis do trabalho, que não faz menção a atrasos e estabelece que o juiz do trabalho, somente poderá arquivar a reclamação, por ausência do reclamante, ou aplicar pena de confissão e revelia ao reclamado ausente, após decorridos 15 (quinze) minutos da abertura da audiência.

A justificação se prende à necessidade de uniformizar o procedimento, com vistas à segurança jurídica no âmbito do judiciário trabalhista.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas, no prazo regulamentar.

É o relatório.

I – VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em seus relatórios versar sobre a análise de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. A apresentação da proposição em análise obedece ao disposto no artigo 60, inciso I, da Carta Maior.

Não obstante, constata-se não estarem em vigor quaisquer das vedações circunstanciais expressas no parágrafo 1º. do citado artigo 60 da Carta Federal – intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Afirma-se também a boa técnica legislativa empregada no projeto de lei.

O artigo que o Projeto de Lei alude e modifica se trata do artigo 844 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

“Art. 844. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.”

Como demonstrado, este não faz menção nenhuma a atrasos que possam ocorrer pelo reclamante ou reclamado a audiência, levando a um precedente de situações esdrúxulas de revelia ou arquivamento da reclamação em atrasos ínfimos apenas por não ser especificado na lei.

Dois dos princípios que norteiam o direito brasileiro são o de razoabilidade e proporcionalidade, os quais, por omissão não são seguidos no artigo exposto.

Esse projeto de lei trata de uma necessidade a sociedade caótica atual e ao trabalhador que dependente de transporte público, infelizmente ineficiente em grande parte das cidades, para poder chegar a audiência.

Em face do exposto, voto pela juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº. 2.795, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada **CRISTIANE BRASIL**

Relatora